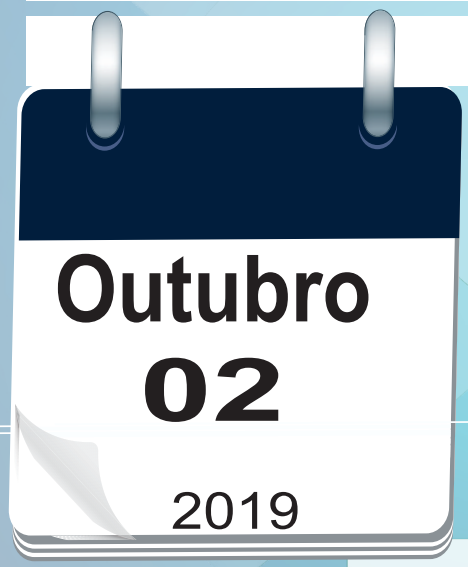
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

Lei Orçamentária Anual prevê déficit de R$ 3,59 bi

ASSEMBLEIA Folha de pessoal e déficit previdenciário são apontados como principal causa do resultado negativo para 2020 pela Secretaria da Economia

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Protocolada ontem na Assembleia Legislativa, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 prevê déficit de R$ 3,59 bilhões. Segundo a Secretaria de Economia, o principal impacto no resultado negativo vem dos gastos de pessoal e encargos sociais: a previsão é de que R$ 2,9 bilhões sejam gastos no ano que vem para cobrir o déficit previdenciário e que a folha de pagamento, na integralidade, considerados todos os três poderes, consuma um montante de R$ 19 bilhões.

Ao POPULAR, o subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Economia, Eduardo Scarpa, explicou que o texto não prevê receitas e despesas equalizadas porque, no contexto atual, isso seria impossível. "Existe o princípio orçamentário do equilíbrio, sim, mas o que ocorria é que a despesa era subestimada para poder caber na receita. O governo fazia um corte linear na folha e na dívida e depois abria créditos orçamentários", explicou ele.

> *"Existe o princípio orçamentário do equilíbrio, sim, mas o que ocorria é que a despesa era subestimada para poder caber na receita"*
>
> **Eduardo Scarpa, subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Economia**

Gov.go



Caiado, Lissauer e o presidente do TJ-GO, Walter Carlos Lemes, em reunião com ministro do STF Alexandre de Moraes

"Para poder dar transparência ao orçamento, optou-se para que haja uma autorização legislativa para a LOA com déficit, assim como Minas Gerais e Rio Grande do Sul já vêm fazendo há algum tempo, enquanto não conseguimos equalizar isso", pontuou.

Na justificativa, o governador Ronaldo Caiado (DEM) adota discurso semelhante: "O Governo reitera seu compromisso com as normas de transparência e compliance público, com os direitos adquiridos dos servidores, com a qualidade na prestação dos serviços à população, com a descentralização dos serviços de saúde, com o desenvolvimento regional e com a segurança pública".

Para o exercício de 2019, a LOA também foi aprovada com orçamento deficitário, no valor de R$ 6 bilhões, com receitas na ordem de R$ 26 bilhões e despesas de R$ 33 bilhões. Originalmente, a proposta enviada pelo ex-governador José Eliton (PSDB) era equalizada, com receita e despesa no mesmo valor, de R$ 26,1 bilhões, mas foi modificada em plenário por articulação de Caiado.

RECUPERAÇÃO FISCAL

Perguntado se existe alguma perspectiva de quando e se será possível equalizar as dívidas e deixar o orçamento superavitário, Scarpa pontua que uma das apostas da administração é o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal, que daria fôlego em parte das despesas que incham as contas.

"Se houver de fato uma adesão ao RRF, vamos ter um novo cenário, por uma série de questões como a isenção no pagamento de dívida, redução de pessoal, diminuição de 10% ao ano nos benefícios fiscais. Mas no cenário atual, é impossível haver uma projeção de quando será possível zerar esse déficit", sustenta o subsecretário.

A LOA não leva em consideração, por enquanto, o impacto da decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Estado terá que incluir pensionistas e Imposto de Renda retido na fonte nos gastos com pessoal. Ontem, o governador esteve em Brasília com o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB) e outros chefes de poderes goianos, para tentar flexibilizar os prazos de adequação à nova regra *(leia texto abaixo)*.

Scarpa destaca também que, considerado o orçamento total, só R$ 1 bilhão dos R$ 19,3 bilhões de receita serão destinados a investimentos, incluindo todos os poderes, órgãos e entidades da administração direta e indireta, e todas as fontes, de operações de crédito e de repasses. "Mas em termos de receita ordinária, vai ser de cerca de R$ 200 milhões", ressalva.

O POPULAR (02/10)

Poderes defendem redução de salários

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Diminuir a carga horário de servidores públicos com a consequente redução de salários estão entre as alternativas apontadas pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Lissauer Vieira (PSB), para que Executivo, Judiciário e Legislativo de Goiás consigam cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e incluir o pagamento de pensionistas e valores referentes ao Imposto de Renda retido na fonte dentro do limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Caiado, Lissauer e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), Walter Carlos Lemes, participaram de reunião ontem com o ministro do STF Alexandre de Moraes, com objetivo de sensibilizá-lo quanto ao prazo de oito meses, estipulado no processo, para que os três Poderes consigam se adequar à regra. O tempo necessário, de acordo com Lissauer, é de quatro a cinco anos. Segundo Caiado, o próximo passo será marcar agenda com o ministro Celso de Mello para discutir a possibilidade da redução de carga horária e salários. O julgamento sobre o tema foi iniciado em agosto e suspenso devido à ausência do ministro.

De acordo com Caiado, se a redução de salários não for autorizada, a única alternativa do Estado será demitir servidores, inclusive efetivos. "Falamos com o ministro sobre a realidade de Goiás. Teríamos que reduzir a folha de pagamento de 82% (da RCL) para 60%. Esse porcentual não é apenas de comissionados, que representam número pequeno. Esta situação vai gerar desemprego avassalador no Estado. (...) O que estamos procurando é uma alternativa diante da dureza da lei", afirmou o governador.

> *"Esta situação vai gerar desemprego avassalador no Estado. (...) O que estamos procurando é uma alternativa diante da dureza da lei"*
>
> **Ronaldo Caiado, governador de Goiás**

Após a reunião com o ministro, Lissauer defendeu que a redução de carga horária e salários é um "caminho menos traumático" para que o Estado possa se adequar à LRF. "Queremos amenizar o problema. O que é menor, demitir ou, enquanto a arrecadação não cresce, diminuir a folha de pagamento, reduzindo o horário de trabalho?", disse o presidente.

DECISÃO

No dia 11 de setembro, o plenário do STF suspendeu a eficácia de emendas à Constituição do Estado de Goiás que estabeleceram limites de gastos correntes aos Poderes estaduais e aos órgãos governamentais autônomos até 31 de dezembro de 2026. Os ministros concederam integralmente medida cautelar solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em uma ação direta de inconstitucionalidade.

Em seu voto, o ministro e relator Marco Aurélio argumentou que a LRF estabeleceu o porcentual máximo das despesas totais com pessoal e incluiu no somatório os gastos com ativos, inativos, pensionistas e quaisquer espécies remuneratórias. Entretanto, a redação do artigo 113, parágrafo 8º, da Constituição goiana deixou de fora cálculo do limite de despesas com pessoal o pagamento de pensionistas e os valores referentes ao Imposto de Renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais.

O relator afirmou que o Estado "empreendeu verdadeiro drible" à Constituição da República, já que cabe ao Legislativo federal a edição de lei complementar que garanta mudanças na LRF. O ministro argumentou ainda que, ao aprovar que determinados pagamentos poderiam ficar fora do cálculo de limite de despesa, o Legislativo estadual concedeu "carta branca" à administração pública para ampliar os gastos, mesmo sem base econômica. A decisão do STF foi tomada por 8 votos a 3.

TCE alerta para limite da folha

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) emitiu ontem alertas em relação aos gastos com pessoal do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) no terceiro quadrimestre de 2018. Durante sessão da Primeira Câmara, o conselheiro Kennedy Trindade disse que o valor investido na folha de pagamento ultrapassou o limite de alerta permitido pela LRF. Para solucionar o problema, Kennedy determinou que seja eliminado o porcentual excedente de 0,25% da RCL nos 1º e 2º quadrimestre de 2019. O TCE-GO também emitiu alerta em relação à folha da então Secretaria da Fazenda, atual Secretaria da Economia, quanto ao segundo quadrimestre de 2018. A unidade técnica do tribunal apontou que a secretaria não realizou o registro das garantias e contragarantias concedidas e emitiu recomendações para solucionar o problema. Em nota o TJ-GO informou que se pronunciará sobre o assunto quando for notificado. Já a Secretaria da Economia disse que a titular Cristiane Schmidt determinou análise das recomendações feitas pelo órgão.



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE acata denúncia de licitante e mantém exigência de certificado do Inmetro

- O Tribunal de Contas do Estado (TCE) revogou a medida cautelar concedida em junho deste ano que suspendia os efeitos do processo licitatório promovido pela Secretaria da Saúde (SES) para a manutenção e fornecimento de peças ao Laboratório de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen).
- A decisão, contida em acórdão relatado na última quarta-feira em sessão plenária pelo conselheiro Kennedy Trindade, determina a continuidade da contratação, condicionando comprovação de que a licitante vencedora e as demais convocadas sejam acreditadas pelo Inmetro.
- O relator acatou parcialmente a defesa apresentada por meio de sustentação oral por representante da Sertin Comércio e Serviços Técnicos de Instrumentação, que havia denunciado o indício de irregularidades. Com a nova decisão, fica mantido o pregão, anulando, porém o Despacho nº 15/2019 - LACEN-DG - 03340, que considerou a empresa Easyteck Serviços Técnicos apta à contratação, por não possuir acreditação junto ao Inmetro.

DIÁRIO DA MANHÃ (02/10)

REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Santa Casa de Goiânia receberá R$ 2 milhões mensais do Governo de Goiás

Acordo vai auxiliar na ampliação de atendimentos de média e alta complexidades, especialmente nas áreas vascular, cardiovascular e urológica

DA REDAÇÃO



A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia iniciou nesta semana um processo de ampliação e fortalecimento dos serviços. A partir de um convênio firmado com o Governo de Goiás, a unidade de saúde passará a atender mais casos de média e alta complexidades nas especialidades vascular, cardiovascular e de urologia. Com o repasse de R$ 2 milhões mensais, ressaltou o governador Ronaldo Caiado, "avançaremos nas cirurgias para atender, o mais rápido possível, aquelas pessoas que estão esperando. Minha maior realização [em Goiás] vai ser não ter nenhum paciente na fila de espera".

O convênio entre o governo estadual e a unidade, que atende via Sistema Único de Saúde (SUS), tem vigência de um ano. Neste período, a previsão é de repassar R$ 24 milhões. "Minha profissão é médico. A função no cargo [de governador] é transitória, mas recai sobre meus ombros a responsabilidade de poder mostrar que é possível melhorar a qualidade de atendimento a toda população do Estado de Goiás", garantiu Caiado no ato de assinatura.

O governador afirmou que buscar parcerias é um objetivo que ele persegue com firmeza. Isso porque reforçar as estruturas já existentes só tem a beneficiar as pessoas que precisam de atendimento médico, especialmente as que moram no interior. Desde que assumiu o governo, Caiado já firmou outros quatro convênios com o mesmo perfil celebrado em Goiânia: Santa Casa de Misericórdia de Anápolis e de Catalão; Hospital Padre Tiago, em Jataí, e o Hospital São Pedro de Alcântara, na cidade de Goiás.

Superintendente-geral da Santa Casa de Goiânia, Irani Ribeiro de Moura agradeceu a atenção do governador e a disposição em ajudar a unidade de saúde, que atualmente vive um déficit orçamentário. A partir do convênio com o governo estadual, será possível incrementar os serviços e atendimentos. "A população goianiense só tem a ganhar", destacou. "Essa assinatura para nós, médicos, funcionários e população, tem tudo a ver com o governador Ronaldo Caiado. Muito obrigada", salientou.

Já o secretário da Saúde, Ismael Alexandrino, lembrou o valor para os goianienses que a Santa Casa de Misericórdia possui. Inaugurada em 1936, três anos após a fundação de Goiânia, "a unidade representa a formação de várias gerações dos profissionais de saúde". Também citou o slogan do hospital, "Nossa vida a serviço da sua", para dizer o quanto Caiado tem usado tal expressão como uma meta pessoal à frente do governo. "Isso é um propósito do governador, ele tem dado sua vida pelo Estado. Celebrar este convênio é uma prova inconteste de doar vida a serviço de quem precisa", completou Ismael.

OPÇÃO (01/09)

Vencimento

Governo repassa R$ 500 mil para pagamento de advogados dativos

01/10/2019 13:56 ··· Por Leicilane Tomazini ···

Repasse é feito com recursos do Fundo de Apoio ao Pagamento de Dativos (Fundativo), composto por 2% da verba dos cartórios extrajudiciais



O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado do Governo (Segov), efetuou nesta terça-feira, 1º, o pagamento de advogados dativos, com o repasse de R$ 500 mil a profissionais que atuaram na prestação de assistência jurídica à população carente.

Foram, ao todo, 361 processos administrativos abertos por 171 advogados, os quais já tiveram o valor creditado em conta corrente. "Estamos cumprindo o nosso compromisso de efetuar o pagamento dos advogados dativos dentro do mês. É assim que funciona quando se trabalha com seriedade, planejamento e respeito a todos que colaboram para o bom funcionamento da administração pública", declarou o secretário do Governo, Ernesto Roller.

De acordo com a Coordenação de Honorários Dativos da Segov, existem 4.422 advogados cadastrados no sistema para recebimento. Em setembro, foram pagos processos referentes aos anos de 2014, na lista normal de beneficiários, e 2016, na lista de prioridade. O repasse é feito com recursos do Fundo de Apoio ao Pagamento de Dativos (Fundativo), composto por 2% da verba dos cartórios extrajudiciais.

As consultas processuais podem ser realizadas no site da Segov, mediante cadastramento virtual no menu "Advogados Dativos". Nele, o usuário deve informar a conclusão do procedimento à secretaria, por meio dos telefones (62) 3201 5621 e (62) 3201 5636, e aguardar pela liberação do sistema em até 24 horas.

OPÇÃO (01/09)

Previsão

Reordenamento de OSs da Saúde em Goiás deve gerar economia de R$ 10 milhões por mês, diz Caiado

01/10/2019 15:55 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Governador afirma que transição seguirá o que determina a Lei e diz que preza por transparência no uso do dinheiro público



Foto: reprodução

Durante entrevista concedida à rádio Interativa nesta terça-feira, 1º, o governador Ronaldo Caiado (DEM) afirmou que espera economia de cerca de R$ 10 milhões com troca ou manutenção das organizações sociais (OSs) responsáveis pela gestão de unidades de saúde do Estado. A expectativa é gerada pela previsão de menores custos em novo processo de licitação.

Na entrevista desta terça o governador afirma que o atendimento também deve ser otimizado, com previsão de aumento em 28%. Caiado adiantou ainda que os recursos economizados com as mudanças serão revertidos em investimento em policlínicas no interior do Estado.

"Se hoje tenho um dinheiro para investir nas policlínicas no interior do Estado, na sua construção e compra de aparelhagem, é exatamente com esse dinheiro que estou economizando", afirmou o governador, pontuando interpretar como "absurdos" os valores antes praticados.

O governador adianta que os processos de transição seguirão o que determina a lei, obedecendo a etapas cabíveis e afirma: "Haverá total transparência no uso do dinheiro público. Mas, o que precisamos é economizar. Não posso manter estruturas que não correspondiam às necessidades do Estado".

Servidores de Goiás

Para evitar demissões, redução na carga horária e salário pode ser medida de adequação à decisão do STF

01/10/2019 19:47 ··· Por Elisama Ximenes ···

Ideia surge como alternativa a possível demissão em massa decorrente da determinação da Suprema Corte, que considerou inconstitucionais emendas em Goiás e pede adequação em oito meses



Após audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), junto ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), deputado estadual Lissauer Vieira (PSB), e o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Walter Lemes, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), disse que uma das alternativas apresentadas pelo ministro Alexandre Morais para evitar demissão em massa em Goiás é que se faça de uma redução de carga horária e de salário como medidas de adequação a decisão que suspendeu as emendas 54 e 55 da Constituição do Estado.

As emendas que dispõem sobre teto de gastos, retiram do cálculo da despesa com pessoal os valores destinados a pagamento de inativos e de imposto de renda. O que foi considerado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) inconstitucional e acatada pelo STF, que determinou que o Estado se adeque em oito meses. Com isso, Goiás terá que fazer cortes nos gastos com pessoal para não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Prazo
A preocupação tanto de Caiado, enquanto líder do Executivo, como de Lissauer, à frente do Legislativo, e de líderes do Judiciário é que esse é um prazo muito curto para se adequar e pode levar a uma demissão em massa que vai prejudicar servidores do Estado — tanto comissionados quanto efetivos.

Como ainda resta o voto do ministro Celso de Mello, os representantes de Goiás têm ido ao STF para tentar sensibilizar os ministros a fim de aumentar esse prazo ou aceitar alternativas, como a redução de carga horária e de salários. “Precisamos de uma alternativa que seja viável, até porque os cortes levariam a uma situação de comprometimento de um grande percentual de funcionários”, avaliou o governador.

A reunião desta terça-feira, 1º, foi com o ministro Alexandre de Moraes, que foi o relator da ação. Segundo Caiado, o magistrado se mostrou aberto. “Ele mesmo defendeu a redução do horário de trabalho e do valor do salário, compatível, para que não houvesse a necessidade de um desemprego em massa, conforme manda a decisão hoje”, detalhou.

A próxima audiência deve ser com o ministro Celso de Mello, que é voto que resta para que a matéria volte ao plenário do STF. Sobre a conversa com Alexandre de Moraes, Lissauer disse que a delegação goiana saiu animada do encontro, por ter notado que o magistrado entendeu os argumentos.